



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ISABELLE FONSECA DE CASTRO

**IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO FEMININO: A LUTA
FEMINISTA POR DIREITOS IGUAIS NA ONU**

JOÃO PESSOA

2022

ISABELLE FONSECA DE CASTRO

**IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO FEMININO: A LUTA
FEMINISTA POR DIREITOS IGUAIS NA ONU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a conclusão do Curso
de Graduação em Relações Internacionais da
Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Mariana Oliveria Pimenta
Baccarini.

JOÃO PESSOA
2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C355i Castro, Isabelle Fonseca de.

Igualdade de gênero e empoderamento feminino: a luta feminista por direitos iguais na ONU / Isabelle Fonseca de Castro. – João Pessoa, 2022.

30 f. : il.

Orientação: Mariana Pimenta Oliveira Baccarini.
TCC (Graduação) – UFPB/CCSA.

1. Feminismo. 2. Organização das Nações Unidas. 3. Mudança Institucional. 4. Relações internacionais. I. Baccarini, Mariana Pimenta Oliveira. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

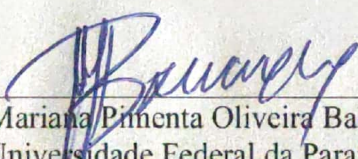
ISABELLE FONSECA DE CASTRO

**IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO FEMININO:
A LUTA FEMINISTA POR DIREITOS IGUAIS NA ONU**

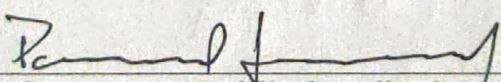
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
como requisito parcial para obtenção do grau
de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 09 de junho de 2022

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Mariana Pimenta Oliveira Baccarini – (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo, compreender o processo de desenvolvimento do feminismo e suas fases como movimento social. Com intuito de entender como este referido processo, vem ganhando espaço dentro de organizações internacionais, em especial a Organização das Nações Unidas (ONU). Outro ponto que merece relevo, é observar seu impacto dentro da instituição, além de analisar as mudanças dentro de tais instituições. Para auferir com precisão o resultado, foi utilizada a metodologia qualitativa, por meio de uma revisão bibliográfica em três momentos: 1) As fases do feminismo e suas reivindicações; 2) A trajetória das mulheres dentro da ONU; 3) O impacto das ideias feministas na formulação de normas e regras da instituição. Através da presente pesquisa, é possível inferir que o feminismo e as suas demandas influenciam diretamente na estipulação de agendas da questão de mulheres sendo constatado de forma clara, que quando ocorrem mudança dentro do movimento, elas influenciam e repercutem nos debates dentro das conferências e suas propostas de ação.

Palavras-chave: Feminismo; Organização das Nações Unidas; Mudança Institucional.

ABSTRACT

This present work aims to understand the development process of feminism and its phases as a social movement in order to understand how it gains space within international organizations, especially the United Nations (UN), as well as to see its impact. within the institution and changes occurred within it. For this, a qualitative methodology was used through a bibliographic review in three moments: 1) The phases of feminism and its claims; 2) The trajectory of women within the UN; 3) The impact of feminideas in the formulation of norms and rules of the institution. Through the research, it is possible to infer that feminism and its demands influence the stipulation of agendas on the issue of women and that when there is any change within the movement this is reflected in the debates within the conferences and their proposals for action.

Key-words: Feminism; United Nations; Institutional change

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	6
3 METODOLOGIA.....	8
4 O PAPEL DAS IDEIAS DENTRO DOS NEOINSTITUCIONALISMOS.....	8
4.1 CRÍTICAS A FORMA COM O IER INCORPOROU A VIRADA IDEACIONAL.....	9
4.2 CRÍTICAS A FORMA COMO O IH INCORPOROU A VIRADA IDEACIONAL.....	10
4.3 CRÍTICAS A FORMA COMO O IS INCORPOROU A VIRADA IDEACIONAL.....	11
5 VIRADA IDEACIONAL E O INSTITUCIONALISMO DISCURSIVO.....	11
5.1 DEFINIÇÃO DE IDEIAS.....	12
5.2 IMPACTO DAS IDEIAS.....	12
6 O MOVIMENTO FEMINISTA.....	15
6.1 PRIMEIRA ONDA DO FEMINISMO.....	16
6.2 SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO.....	18
6.3 TERCEIRA ONDA DO FEMINISMO.....	20
7 MULHERES NA ONU.....	22
8 CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

Nas relações internacionais, o estudo das instituições e seus impactos no xadrez do sistema internacional é visto com grande interesse por parte dos estudiosos. Nas últimas décadas, institucionalistas se debruçaram na possibilidade das mudanças ocorrerem gradualmente nas instituições, uma vez que as regras, normas e os princípios que as regem podem ser limitadoras para a incorporação de novas ideias e movimentos que surgem dentro da sociedade. O feminismo é um movimento político que se inicia no século XVIII e que ao longo da sua história alterou a forma de pensar a vivência das mulheres dentro da sociedade. Com isso em perspectiva, no século XX, com a criação da Organização das Nações Unidas, as pautas sobre as condições das mulheres não ficam de fora. No entanto, levanta-se o questionamento sobre se é possível que as ideias feministas causem impacto dentro dessa instituição ao ponto de gerar mudanças em sua estrutura.

Portanto, por meio de uma revisão bibliográfica que retrata a construção e consolidação do feminismo como uma corrente política e acadêmica, tem-se como objetivo geral deste trabalho entender historicamente como as ideias feministas impactaram a ONU. E como objetivos específicos, a análise histórica do surgimento das ideias feministas na ONU por meio das conferências internacionais, assim como perceber como estas concepções do feminismo se transformaram em regras e normas criadas pela ONU; e verificar como o feminismo impacta na mudança institucional gradual da ONU.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao levar-se em consideração às correntes das Relações Internacionais, as quais trabalham com a perspectiva de mudança institucional, percebe-se uma dificuldade de alteração dentro das normas e regras dentro dessas instituições. Como é visto dentro da estrutura da própria ONU, uma vez que a mesma ainda possui como órgão, o Conselho de Tutela, o qual foi criado com o propósito de fomentar o desenvolvimento político, econômico e social de territórios tutelados até que os mesmos conseguissem atingir a sua independência ou estabelecer um governo próprio. No entanto, desde anos 1960, esse sistema já foi superado (MAZZUOLI, 2016). Isso ocorre por algumas razões, por exemplo, segundo Steinmo (2008), uma instituição é composta de diferentes estruturas, órgãos e setores, então se acontecer uma alteração em um deles, pode provocar mudanças em outro departamento. De maneira que, para que isso não ocorra, existe uma resistência por parte das pessoas, as quais são beneficiadas pela estrutura

atual de realizar algum tipo de modificação no sistema. Outro problema é que ao alterar as regras, é possível que se desencadeie uma série de eventos que não foram previstos, de modo que ocorre uma predileção para a manutenção da estrutura que já é conhecida. Ademais, uma mudança também significa um possível aumento dos custos, assim para evitar que isso ocorra, encontrasse resistência em alterações. Por fim, conforme o tempo passa, isso influencia nas preferências das pessoas que fazem parte da organização, que podem preferir a forma de organização com a qual já estão familiarizadas.

Então, com isso em perspectiva, o que poderia gerar a mudança dentro de uma instituição? Dentro da teoria mais aceita, se leva em consideração a ideia de *punctuated equilibrium*, que diz que uma instituição se manterá estável até que ocorra algum tipo de choque exógena, como uma guerra por exemplo. No entanto, críticos dessa vertente dizem que isso não leva em consideração o potencial de agência dos próprios indivíduos. De maneira que, Steinmo (2008) propõe uma alternativa para essa teoria, que é o potencial das ideias como vetores de mudança.

Quero dizer 'ideias' aqui no sentido específico de que ideias são soluções criativas para problemas de ação coletiva. Por exemplo, quando normalmente dizemos: "Eu tenho uma ideia!" na verdade, estamos dizendo que tenho uma solução para um problema. Visto desta forma, institucional a mudança acontece quando atores poderosos têm a vontade e a capacidade de mudar as instituições em favor de novas idéias. Um grupo ou coletivo pode concordar que uma determinada ideia é uma "boa ideia" SE eles concordam que há um problema que precisa ser resolvido, E eles concordam que esta solução pode realmente resolver o problema. Vistas desta forma, as ideias não são "irracionais", mas, em vez disso, são melhores entendidas como adaptações criativas que podem ser avaliadas tanto em bases racionais quanto emocionais. (STEINMO, 2008, pág. 170).

O feminismo, por sua vez, se enquadraria nessa teoria por ser uma mudança proveniente dos movimentos sociais dentro da sociedade e que encontrariam espaço dentro da instituição por meio dos agentes que trabalham nela e que são simpatizantes das ideias e concordam com as reivindicações do movimento.

Ademais, é importante ressaltar que, o feminismo em uma das suas múltiplas definições, é o movimento que busca a igualdade entre homens e mulheres. No entanto, o mesmo passou por diversas alterações, no que diz respeito às suas demandas no decorrer da sua trajetória e por isso que se observa uma divisão metodológica do feminismo em ondas, assim como a atribuição de diferentes formas de feminismo de acordo com suas pautas, como: o feminismo liberal, o feminismo radical, o feminismo interseccional, etc.

3 METODOLOGIA

Neste trabalho ocorreram três momentos específicos para estruturar a sua análise, em um primeiro momento, o foco é entender como o papel das ideias se tornou presente dentro da análise dos institucionalismos e as mudanças e quebras de paradigmas que ocorreram para que fossem consideradas como ferramentas adequadas para entender o processo de tomada de decisão dentro de uma instituição. Além disso, foi feita uma análise do que são ideias e como elas podem afetar essa mudança institucional.

Em um segundo momento, ocorreu a seleção de uma bibliografia que trabalhasse especificamente sobre a trajetória da história do feminismo em ondas. Buscou-se, então, alguns elementos como: o período de vigência da onda; os principais autores e nomes de destaque que serviram de inspiração; as principais obras criadas; as demandas feitas pelo movimento; e as principais correntes feministas. Porém, por conta da coexistência das ondas, algumas informações não eram unânimes acerca das datas de início e fim, e uma forma de solucionar este entrave na pesquisa foi, baseada na vasta revisão de literatura feita, a montagem de tabelas para auxiliar no processo de compreensão da linha histórica do feminismo. Outro problema foi a falta de produção específica acerca do processo histórico do movimento, o que se tornou outro empecilho enfrentado durante a construção desta etapa do trabalho, o qual a produção das tabelas pode auxiliar.

Já no terceiro momento, cujo enfoque era entender a forma como o feminismo adentrou nas Nações Unidas, se mostrou árduo. Tendo em vista o que é relatado pela autora Jani (2015), as conquistas e contribuições das mulheres dentro da instituição não são colocadas em destaque, mas sim postas como um desenvolvimento natural da própria ideologia da instituição. Então, para este trabalho, foram feitas análises sobre os primeiros anos da ONU como instituição e as características dos órgãos iniciais, tendo enfoque, principalmente, nas convenções da Década da Mulher (1975-1985), e em quais eram as principais demandas feitas para as discussões de igualdade de gênero, que culminam com o desenvolvimento da agenda dos ODM e mais tarde do ODS. Com base nisso, verificou-se as principais pautas.

4 O PAPEL DAS IDEIAS DENTRO DOS NEOINSTITUCIONALISMOS

De acordo com Schmidt (2010), a literatura tradicional dos institucionalismos (escolha racional, histórico e sociológico) explicam melhor a continuidade e a manutenção de uma instituição do que a forma como mudanças ocorrem dentro delas. Dentro do IER, existe uma “lógica de cálculo” feita pelos atores quando vão atrás de seus objetivos dentro das instituições

políticas; o IH utiliza a “lógica da dependência da trajetória” para justificar a forma como as instituições se desenvolvem; já o IS foca especialmente nos agentes sociais os quais agem de acordo com as políticas institucionais as quais são postas por meio das regras e normas, que foram feitas por meio de uma construção social e cultural (SCHMIDT, 2010).

Em decorrência de nos estudos sobre instituições seguirem uma lógica de a definirem como órgão estático, as mudanças dentro desses três neo-institucionalismos eram explicadas por meio de choques exógenos, os quais causavam uma mudança de equilíbrio dentro das organizações. No entanto iniciou-se um processo de estudo dentro das análises dos neo-institucionalismos que incorporava as ideias como motivadores de alterações dentro das organizações. Entretanto, para alguns autores, o papel das ideias ainda não era o ponto principal desses estudos, mas sim como um objeto para preencher as lacunas teóricas presentes nessas. A seguir serão apresentadas a forma como os institucionalismos incorporaram as ideias e as limitações teóricas que não permitiram a total incorporação das ideias para suas análises pesquisas (SCHMIDT, 2010; PERISSINOTO; STUMM, 2017).

4.1 CRÍTICAS A FORMA COM O IER INCORPOROU A VIRADA IDEACIONAL

Dentro do institucionalismo da escolha racional, observa-se dois equívocos dentro da explicação do papel das ideias dentro dessa corrente. A primeira é que em virtude da visão “materialista” desta teoria, os interesses são interpretados a partir de ideias e representações, uma vez que não seria possível definir um “objetivo” em um primeiro momento. A segunda crítica traz à tona algumas falhas explicativas dentro do IER, visto que, não consegue justificar os motivos que levam atores que possuem posições parecidas a tomarem decisões diferentes (PERISSINOTO; STUMM, 2017).

De acordo com Schmidt (2010), as ideias não conseguem avançar fora do escopo dos interesses, visto que funcionam apenas como ou um mecanismo para ter uma tomada de decisão entre diferentes interesses ou servem como pontos focais que conseguem obter uma mudança de equilíbrio ou como forma de justificar, após o processo decisório, as escolhas tomadas que foram baseadas em interesses. A autora também ressalta que o IER logo abandonou a virada ideacional, pois não conseguiam “manter a separação artificial de interesses ‘objetivos’ e ideias ‘subjetivas’ dos interesses, que são crenças e desejos” (SCHMIDT, 2010, pág. 7, tradução nossa). De modo que, a utilização das ideias vinha de encontro com a abordagem usada pelo IER tem de que os resultados acontecem por consequência de uma preferência preexistente. Ademais, a utilização das ideias como variável dentro desse institucionalismo seria paradoxal,

visto que para isso seria necessário abandonar pontos fundamentais para a teoria (SCHMIDT, 2010; PERISSINOTO; STUMM, 2017).

4.2 CRÍTICAS A FORMA COMO O IH INCORPOROU A VIRADA IDEACIONAL

Segundo Perisinotto e Stumm (2017), o IH possibilitou muito mais a incorporação da virada ideacional do que o IER, em virtude da forma como as instituições são interpretadas dentro deste. De maneira que se sobressaem duas características principais: o primeiro ponto diz que as instituições são mais do que regras formais que os atores seguem racionalmente, mas também são formadoras de opiniões e, portanto, conseguem instaurar práticas sociais que funcionam de modo frequente e prolongado, e através disso conseguem causar impacto nas ações dos seus agentes; já o segundo ponto, foca dentro do conceito de *path dependence*, uma vez que dentro dessa teoria é preciso entender os processos que levam os atores a efetuar determinadas decisões em detrimento de outras baseados em certos padrões ideacionais (PERISSINOTO; STUMM, 2017).

No entanto, apesar dessa incorporação das ideias dentro do seu escopo teórico, os autores do IH ainda são criticados justamente por esse grande enfoque nas instituições. Três são as principais críticas a esse institucionalismo. Primeiro, os processos de mudança social não conseguem ser facilmente explicado dentro dessa teoria, pois dado que a reprodução da ordem é o principal objeto de estudo e a partir disso buscam encontrar padrões comportamentais regulares para interpretar as decisões dos agentes (*path dependence*). Por conta disso, é difícil encontrar explicações para mudança que não sejam ocasionadas por um agente exógeno e de forma brusca e nunca de maneira incremental (PERISSINOTO; STUMM, 2017).

A segunda crítica diz respeito ao fato de que a forma como o IH observa as ideias não traz muitas inovações e acaba por ocasionar conclusões já vistas anteriormente, além de não se fazer um estudo sobre o impacto das ideias, mas sim sobre a sua incorporação dentro de uma instituição e a aceitação social. Já a terceira crítica é relacionada ao papel do indivíduo, pois dentro dessa corrente se estipula que os indivíduos são hiperssocializados, sendo nesta corrente se estipula que as instituições são “grandes parâmetros de preferência que criam legados institucionais, que por sua vez, afetam os processos de formulação de políticas públicas” (PERISSINOTO; STUMM, 2017, pág.124). No entanto, isso não demonstra claramente quais são os objetivos que os atores políticos em variados contextos, assim como também não nos fala sobre os objetivos ideacionais que estes agentes possuem fora de seu contexto institucional. Todavia, o processo de tomada de decisão não é feito somente por legados institucionais, mas também pela forma e pelas ideias utilizadas pelos atores para convencer os demais. Sendo que,

dentro do IH, como o indivíduo e hiperssocializado, a atenção das suas ideias e ações acabam sendo consideradas apenas durante os processos de fim de normalidade ou de grande mudança (PERISSINOTO; STUMM, 2017).

4.3 CRÍTICAS A FORMA COMO O IS INCORPOROU A VIRADA IDEACIONAL

O institucionalismo sociológico também demonstrou um considerado avanço dentro da adoção das ideias. Visto que pelo IS possuir um foco em que os procedimentos organizacionais se arranjam por meio de práticas culturais, as quais moldam as instituições por meio de normas e regras que resultam em uma “lógica de adequação”, que determina como os indivíduos devem se portar (SCHMIDT, 2010). Ademais, dentro dessa lógica, os atores seguem às “estruturas cognitivas” (de forma quase sempre inconsciente) as quais guiam suas ações sociais (PERISSINOTO; STUMM, 2017).

Entretanto, existem duas críticas principais para essa teoria, a primeira está relacionada ao o porquê do estabelecimento de rotinas dentro de uma organização viabilizarem ação e assim ter impacto no resultado de um processo decisório. Já a segunda tem a ver com a falha desse institucionalismo em reconhecer os processos, em que há o uso consciente para a formulação de estratégias como a bricolagem (técnica que se utiliza da recombinação de conceitos legítimos dentro de uma organização) o e a transposição (nova utilização de um recurso que já foi utilizado em contextos anteriores) (PERISSINOTO; STUMM, 2017).

5 VIRADA IDEACIONAL E O INSTITUCIONALISMO DISCURSIVO

Nos anos 90, a “virada ideacional” se tornou um dos novos objetos de estudo dentro da literatura especializada nas áreas de relações internacionais, políticas públicas e políticas econômicas. A qual fez críticas à insuficiência dos institucionalismos (escolha racional, histórico e sociológico) para explicar alguns cenários. Segundo Campbell (2004), as ideias possuem uma capacidade de promover ações que ajudem na evolução de um determinado caminho dentro de uma instituição, assim como bloqueá-lo. Então, dentro desse novo movimento, percebe-se que as ideias defendidas pelos atores políticos têm tanto peso quanto o que eles querem e por isso são importantes para entender o processo de tomada de decisão dentro organizações (CAMPBELL, 2004; SCHMIDT, 2010; PERISSINOTO; STUMM, 2017).

Schmidt (2010) chama essa análise que utiliza as ideias e discurso para explicar mudança ou estabilidade política dentro do contexto internacional de Institucionalismo Discursivo e os teóricos dessa corrente de institucionalistas discursivos. Muitos dos estudiosos

dessa linha chamam essa abordagem de: virada ideacional, institucionalismo ideacional; institucionalismo construtivista. Aqueles que possuem um foco maior na parte do discurso utilizam também os temas: análise de discurso, virada argumentativa e democracia deliberativa.

A virada ideacional promovida pelo ID permitiria sair da cilada dos “interesses objetivos” ao reconhecer o impacto das ideias sobre os desejos dos atores. Desse ponto de vista, o ID recusa a proposição de que interesses objetivos, derivados automaticamente de localizações estruturais, produzem, por si só, preferências que, por sua vez, afetam a conduta. Esse tipo de posição teórica, que poderia ser encontrada tanto no IER como no IH, não percebe que interesses não existem por si só, não emanam “automaticamente” nem de posições objetivas no mundo social nem de qualquer propensão supostamente natural dos seres humanos à ação maximizadora. Interesses são, antes de tudo, constituídos pela percepção que os agentes têm acerca de si próprios e de sua posição no mundo (Price 2006; Cox 2001). Nas palavras de Hay (2011), “interesses não existem, mas sim construções de interesse”, ou, dito de outro modo, “são as concepções que as pessoas têm de si e do mundo ao redor que as leva a conceber seus interesses de um modo particular” (Hochschild 2006). Ao adotar essa postura, a teoria se habilita a tomar as respostas subjetivas à realidade material como seu objeto de pesquisa (Schmidt 2011). Para ela, as preferências não podem ser simplesmente tomadas como dadas, mas devem ser explicadas (PERISSINOTO; STUMM, 2017, pág. 126).

Tal concepção permitiu que se pensasse que instituições similares são capazes de processos decisórios distintos, já que as crenças dos seus atores são diferentes. Ademais, o ID reconhece que as posições sociais afetam de forma desigual a maneira como os poderes e recursos são distribuídos dentro da sociedade, contudo o ID interpreta que as “situações de interesse” são decorrentes das ideias (PERISSINOTO; STUMM, 2017).

O Institucionalismo discursivo, então, reconhece a autonomia das ideias e não as reduzem à variáveis não ideacionais, uma vez que compreendem que elas tem o poder de modelar as ações dos indivíduos. Segundo Perissinoto e Stumm (2017), ao se colocar as ideias como variável explicativa consegue-se ter uma melhor compreensão do porquê alguns acontecimentos têm determinados resultados (PERISSINOTO; STUMM, 2017).

5.1 DEFINIÇÃO DE IDEIAS

John Campbell (2018) categoriza as ideias primeiro dentro de dois aspectos: *background concepts e foreground concepts*. Neste primeiro, as ideias residem no plano de fundo do processo decisório, já o segundo acontece por meio de articulações efetuadas pelas elites que são responsáveis pela tomada de decisão. Depois ele traz que elas podem se enquadrar ou no nível cognitivo ou no nível normativo - “no nível cognitivo ideias são descrições e análises teóricas que especificam relações de causa e efeito, enquanto no nível normativo as ideias são constituídas de valores, atitudes e identidades” (CAMPBELL, 2004).

Ao se fazer o cruzamento dessas definições, encontramos então quatro tipos de

definição de ideias: Programas, enquadramento, paradigmas e sentimentos públicos como é possível visualizar no quadro a seguir baseado nas definições de Campbell (2004).

Quadro 1 – Tipos de ideias

	<i>Foreground concepts</i>	<i>Background concepts</i>
Nível cognitivo (<i>outcome oriented</i>)	Programas: Conceitos e teorias que auxiliam no processo de tomada de decisão ao especificar aos agentes como solucionar determinados problemas.	Paradigmas: Limita as alternativas que os tomadores de decisão baseado no que eles achariam mais produtivo.
Nível normativo (<i>non-outcome oriented</i>)	Enquadramento: Faz com que as elites de tomada de decisão tenham seus programas e mudanças institucionais legitimados perante à população e entre eles	Sentimentos públicos: Limita o processo decisório e os programas para os tomadores de decisão baseado no que seria considerado legítimo para a população e para eles.

Fonte: Campbell (2004)

5. 2 IMPACTO DAS IDEIAS

Para que seja possível a utilização das ideias como uma variável explicativa vê-se necessário uma delimitação do quando e como é que podemos visualizar seus impactos. Nesse primeiro, é imprescindível saber quais são as ocasiões que permitem que algumas ideias se sobreponham às outras. Segundo Perissinoto e Stumm (2017), existem três tipos de condições: condições político-institucionais, condições de incerteza e condições de *path dependence*.

Nas condições político-institucionais, observa-se que um dos fatores que os teóricos utilizam para demonstrar a capacidade das ideias de impactarem certa política econômica é a própria força que essas ideias possuem, ou seja, se elas são detentoras de uma boa

fundamentação teórica. De maneira que é necessário que essa tenha uma viabilidade técnica, institucional e política para que assim seja possível gerar uma adesão de diversos agentes políticos. Outro ponto importante é o contexto o qual a ideia se encontra, pois, é por meio disso que consegue-se estabelecer uma conexão entre as ideias e problemas reais (PERISSINOTO; STUMM, 2017).

Para as condições de incerteza, as análises mais tradicionais trazem duas situações que a utilização das ideias para solucionar problemas de escolha é fundamental. A primeira é o estado de absoluta incerteza, dado que em ambientes de ampla institucionalização e rotina, as ideias não encontram um espaço fértil para adentrar, contudo, quando as situações são novas, os agentes não têm como seguir por conta da falta de informação, de maneira que inovações são necessárias e nisso as ideias conseguem se inserir. Já em um contexto de situações de incerteza não tão extremas, os atores até possuem algumas opções de escolha, mas não conseguem ter critérios objetivos para efetua-la e para isso recorrem às ideias como auxílio (PERISSINOTO; STUMM, 2017).

Já no *path dependence* ideacional se traz que quando os tomadores de decisão são colocados em uma posição de incerteza, eles olham para o que foi feito no passado para ajudá-los nesse processo. Além disso, existe estudos que determinam que as ideias possuem uma maior chance de serem aceitas se forem alinhadas com outras que foram utilizadas no passado. “Nos exemplos mencionados, predomina, assim, o comportamento orientado pela “lógica de adequação”, restringindo o elenco de alternativas possíveis (Cox 2004). Em resumo, como dizia Kingdon (2014), em processos decisórios raramente surge algo totalmente novo.” (PERISSINOTO; STUMM, 2017, pág. 134).

Visto os momentos em que as ideias impactam, faz-se necessário entender também a forma como elas impactam, as quais podem ser divididas em três dimensões que são: a definição de problemas, a formulação de políticas alternativas e na mobilização política (PERISSINOTO; STUMM, 2017).

No que diz respeito à definição de problemas, é importante ressaltar que algo nunca é naturalmente colocado como um problema e são várias as condições que fazem com que ocorra essa alteração, dentre elas, os “valores” dos atores envolvidos no processo. Já na formulação de políticas alternativas, questiona-se o que leva aos agentes a tomarem uma decisão em detrimento da outra e a resposta dessa pergunta está nos atores políticos centrais que são: *policy*

communities (grupos de especialistas que atuam em diversas áreas de políticas públicas) e *policy entrepreneurs* (os investidores de recursos). Cada um desses dois grupos possui suas ideias e valores que guiam suas ações para o que acham que será a melhor solução baseado nas crenças e *expertises* (PERISSINOTO; STUMM, 2017).

Por último, a mobilização política permite que se rompa com certos padrões institucionalizados.

A luta política constitui, ao lado da definição de problemas e alternativas, outro fluxo essencial do processo decisório. Ideias, para vingar, precisam enunciar problemas, formular soluções e, por fim, virar proposta política, o que demanda, entre outras coisas, convencer vários atores, formar coalizões de apoio e, para tanto, contar com o empenho de *political entrepreneurs* (Hogan & Feeney 2012). Aqui ideias podem ser utilizadas pelos *political entrepreneurs* como “armas”, isto é, como meio de estigmatizar formas antigas de encaminhar conflitos (Blyth 2001) ou como *focal points*, isto é, como instrumentos ideacionais para ajudar a produzir consenso e viabilizar a ação coletiva (Goldstein & Keohane 1993). Para Béland & Cox (2016) ideias formam *coalitions magnets*, definidas como a capacidade de alcançarem diversos indivíduos e grupos e serem usadas estrategicamente por *policy entrepreneurs* para enquadrar interesses, mobilizar apoiadores e construir coalizões (PERISSINOTO; STUMM, 2017, pág. 136).

Deste modo, é perceptível a importância da utilização de ideias como uma variável de análise, visto que permite que entendamos alguns processos que ocorrem dentro das instituições que temos dentro da nossa sociedade e como elas refletem alguns ideais. No próximo tópico será debatido sobre a participação das mulheres na ONU e se a organização reflete os objetivos que propõe à sociedade.

6 O MOVIMENTO FEMINISTA

O feminismo é um movimento político que tem como base a libertação da mulher das atribuições impostas pelo patriarcado ao gênero feminino. Se observa uma articulação entre a militância e fundamentação teórica, e seu discurso possui um caráter filosófico e político ao criticar o modelo patriarcal da sociedade (SILVA, 2019). Também é visto como uma tomada de consciência das mulheres de uma forma coletiva de todas as opressões vivenciadas pelo seu gênero, e assim como outros movimentos sociais, não é delimitado a um aspecto somente (GARCIA, 2015).

Dentro dos estudos feministas é comumente utilizado a denominação de *ondas* para se referir a um determinado momento e às demandas feministas características de uma época específica, de modo que, dentro da academia, se observa sua divisão em quatro grandes ondas. Todavia, estas não são excludentes entre si, pois uma é originada da outra e, para uma feminista contemporânea fazer uma autocrítica sobre o movimento, é necessário que se reflita sobre os pensamentos dos primórdios do movimento. (KANG, 2012).

6.1 PRIMEIRA ONDA DO FEMINISMO

Segundo Luis Felipe Miguel (2014), o feminismo como movimento surge na virada do século XVIII para o XIX, sendo considerado um *filho indesejado* da Revolução francesa (um dos alicerces do feminismo dessa época como base filosófica e jurídica é a *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*) (GARCIA, 2015) pois os revolucionários não recebiam de forma amigável os debates sobre a desigualdade de gênero. Começam a surgir nomes como Claire Lacombe, Pauline León, Théroigne de Méricourt e Olympe de Gouges, sendo essa última a responsável por um dos escritos mais importantes para o movimento: *Declaração dos direitos da mulher cidadã* (1791). Nele são relatadas questões envolvendo a liberdade de opinião e de expressão, estimulando que mulheres rompam com os ideais da época e passem a exigir seus direitos. No entanto, os escritos de De Gouges não tiveram tanto impacto, de modo que o entendimento das opressões sofridas pelas mulheres só passa a ter uma notoriedade com Mary Wollstonecraft, considerada a fundadora do feminismo, com sua obra *Uma Vindicação dos Direitos da Mulher* (1792), a qual refletia sobre os obstáculos para que ocorresse a emancipação das mulheres. (MIGUEL; BIROLI, 2014).

A primeira onda do feminismo em uma delimitação cronológica se encontra entre a metade do século XIX até a passagem da 19th emenda em 1920. A principal demanda desse período era referente ao sufrágio universal para mulheres, e referentes à participação na vida política e econômica (GRAY; BODDY, 2010), além da existência de outras reivindicações como a necessidade de educação para as mulheres; igualdades dentro do casamento como, por exemplo, o direito das mulheres de possuírem propriedades (SILVA, 2019). Tanto na Inglaterra, quanto nos Estados Unidos, o movimento de campanha em prol do direito ao voto foram realizados pelas sufragistas. Essa demanda possuía razões simbólicas e práticas ao buscar o reconhecimento das mulheres como cidadãs completas e um maior poder político para torná-las capazes de promover mudanças reais. Essas demandas eram expressas em passeatas, mas também por métodos mais violentos, como a realização de pequenos incêndios e vandalismo, o que ocasionou a prisão de várias mulheres e greves de fome no cárcere (WALTERS, 2005). O ideal que irá gerir essa primeira onda é o liberalismo, de modo que o *feminismo liberal* ganha forma nas vozes de Mary Wollstonecraft e Stuart Mill. Duras críticas são feitas a essa fase, por possuir um forte viés de classe em sua abordagem.

De acordo com Davis (2016), as feministas deste período não possuíam uma compreensão clara do sofrimento vivenciado pela população negra, o que é observado pela

forma de propaganda que era utilizada pelo movimento sufragista, que equiparava a situação de subordinação das mulheres à escravidão. Em um discurso profetizado por Sojourner Truth intitulado “*Ain't I a Woman*” uma mulher negra que, após ter vivenciado a escravidão se tornou uma oradora política, questiona se ela não é uma mulher, tendo em vista que os papéis de feminilidade, de cuidar da casa e do marido que eram atribuídos às mulheres não encaixavam em sua vivência, pois ela nunca viveu de acordo com o que a sociedade estipulava como o papel da mulher. Mulheres brancas ainda possuíam uma perspectiva de ascensão de sua forma de vida, mesmo que mulheres brancas da classe operária, que não se adequavam aos moldes de sociedade como o ideal de feminilidade, pois ainda possuíam o privilégio de serem consideradas seres humanos e não um objeto (SILVA, 2019).

Nesse período surge também o *feminismo marxista*, que conectava as opressões de classe às questões de gênero. Considerado muito radical pelas suas propostas, acabou não tendo tanto destaque quanto o movimento sufragista. Dentre alguns nomes desse movimento, se destacam Flora Tristan (1843); Clara Zetkin (1838); Alexandra Kollontai (1918)¹. Apesar das ondas existirem paralelamente, se estabelece que a primeira onda do feminismo durou até meados da Segunda Guerra Mundial, a qual contou com uma utilização massiva dos meios de propaganda para estimular o dever cívico dentro da população. Isso também afetou as mulheres, as quais foram instigadas a servir no que se chamou de *front interno* e saíram do âmbito da vida privada para trabalhar dentro da esfera pública, exercendo funções de enfermeiras, por exemplo. Consequentemente, isso mostrou para as mulheres a sua plena capacidade de exercer funções fora do ambiente doméstico (SILVA, 2019).

Quadro 2 - Primeira onda do feminismo

Primeira Onda	
Período	Século XIX-1920
Principal corrente	Feminismo Liberal
Reivindicações	Educação para mulheres; igualdade dentro do casamento; direito ao voto; foco em direitos políticos

¹ Algumas obras dessas mulheres estão: União Operária (1843), Peregrinação de uma pária (1838), A nova mulher (1918).

Metodologia	Movimento Sufragista
Principais nomes	Mary Wollstonecraft; John Stuart Mill;; Elizabeth Cady Staton; Susan B Anthony.
Observações	Nesse período se observa uma forte predominância de ideais liberais dominados pelas mulheres brancas de classe média, no entanto, se observa o surgimento do feminismo marxista. Ademais, é possível visualizar influência do período abolicionista, principalmente dentro dos Estados Unidos

Fonte: Castro, 2020

6.2 SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO

A segunda onda surge em um contexto onde, após grande parte dos homens irem lutar na guerra, muitas mulheres passam a trabalhar, e não desejam abdicar desta conquista após esse período. Betty Friedan em sua obra *A mística feminina* relata que nos anos 50 se teve um grande estímulo da mídia para criar a imagem da dona de casa ideal, que era o exemplo de feminilidade que todas as mulheres deveriam seguir. No entanto, mulheres que tinham tido educação não se sentiam mais realizadas ao exercer somente as atividades do lar, tanto que surgiram condições denominadas *síndrome de dona de casa* e *doenças de donas de casa* para representar esse sentimento de frustração (FRIEDAN, 1971). Com isso se percebe que, as condições de vida anteriores às guerras não eram suficientes para quem já tinha tido a experiência de viver fora do âmbito privado.

A segunda onda tem como ponto característico uma forte demanda por direitos civis. Segundo Kang (2012) “o movimento da segunda onda do feminismo é focado, geralmente, na luta contra as estruturas de poder do patriarcado, e especificamente no combate a suprimir a segregação sexual ocupacional no emprego e lutar pelos direitos reprodutivos das mulheres”. É importante ressaltar que, apesar de existirem muitas mulheres brancas de classe média, não se pode dizer que nesse período elas lideravam, já que muitas mulheres negras, latinas e asiáticas possuíam papéis de importância nos anos 60. (KANG, 2012). Uma das maiores figuras do

feminismo contemporâneo surge nessa época: Simone de Beauvoir. Com o seu livro *O segundo sexo*, procura entender a construção social do que se considera o *feminino* e o cerceamento de questões tanto políticas, quanto sociais vivenciado pelas mulheres em decorrência dessas expectativas atreladas ao gênero (MIGUEL; BIROLI, 2014). Foi nesse período também que ocorreu a diferenciação entre sexo e gênero, o qual classificava o primeiro como uma questão biológica e o segundo como uma construção social que atrelava certas características a ele.

A metodologia utilizada pela segunda onda foi a conscientização coletiva como uma forma de empoderamento feminino. Além disso, incorporou a luta pelos direitos civis como forma de ação, utilizando-se muito de métodos não-violentos, como as marchas, e trouxe debates acerca de raça e classe. bell hooks, um dos grandes nomes dessa época, fala que não se pode separar o sexismo de outros tipos de opressões como racismo, classismo e homofobia, pois eles se sobrepõem. Então, quando se possui uma visão mais interseccional das desigualdades faz com que se inspire uma união maior entre os movimentos. (KANG, 2012; SILVA, 2019).

O *feminismo liberal* tem nessa fase uma de suas principais representações: Betty Friedan, que foi responsável pelo surgimento da Organização Para Mulheres (*NOW*). Essa corrente interpreta a situação de opressão da mulher na desigualdade do sistema (mas não em uma relação de exploração) e propõe uma reforma constante do sistema até que a igualdade seja alcançada (GARCIA, 2015). O *feminismo radical* surge nesse período e traz a questão biológica da mulher como a *raiz da opressão*, e as funções reprodutivas da mulher são exploradas pelo patriarcado e a condicionam ao papel submisso dentro da sociedade.

Apesar de ocorrerem tentativas de universalizar ao máximo as pautas envolvendo as questões de gênero, o feminismo da segunda onda continuava a manter uma predominância de mulheres brancas de classe média. Em virtude disso, mulheres de raça, classe e sexualidade distintas buscaram realizar, então, o que se chamou de *feminismo identitário*, que trazia as vivências dessas mulheres negras, latinas e lésbicas, distintas das mulheres brancas. O *feminismo do bem-estar social* surge simultaneamente nesse período, e tem como enfoque a demanda para que o Estado conceda mais programas sociais para auxiliar as mulheres de renda mais baixa. Outra corrente que se desenvolve nessa época é a do *feminismo pós-moderno acadêmico*, o qual é a favor da desconstrução por meio de discursos práticos e é contra uma generalização de experiências. Ademais, o *feminismo pós-colonial* também se desenvolve nessa conjuntura e possui como principal pauta a crítica ao imperialismo ocidental (GRAY; BODDY, 2010; SILVA, 2019).

Quadro 3 - Segunda onda do feminismo

Segunda Onda	
Período	1950-1980
Correntes	Feminismo liberal; feminismo radical; feminismo identitário; feminismo bem-estar social; feminismo pós-moderno acadêmico.
Reivindicações	Reivindicações por direitos civis; questões sobre sexualidade e direitos reprodutivos; debates acerca do papel da mulher dentro da sociedade.
Metodologia	Marchas não-violentas; encontros em pequenos grupos para levar a conscientização acerca da situação das mulheres.
Principais nomes	Simone De Beauvoir; Bell Hooks; Betty Friedan.
Observações	No feminismo da segunda onda se observa o surgimento de vários tipos de feminismos com pautas diferentes, apesar de ainda se encontrar uma predominância de mulheres brancas de classe média. Em decorrência da sororidade e a unidade entre as mulheres serem temas relevantes desse período, se observa a tentativa de encontrar pontos em comum nas experiências femininas

Fonte: Castro, 2020

6.3 TERCEIRA ONDA DO FEMINISMO

O século XX foi marcado por inúmeras transformações do mundo. De acordo com Hobsbawm (1995) “A destruição do passado - ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam

nossa experiência pessoal à das gerações passadas - é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX”. Verídico, pois, nas décadas de 1980 e 1990 testemunhou-se diversos eventos históricos importantes da história mundial, como a queda do muro de Berlim (1989), a dissolução da União Soviética (1991), fim de ditaduras na América latina, entre outros acontecimentos. Foi marcado por uma forte renovação das perspectivas sociais, e pela consolidação como grande potência dos Estados Unidos por meios culturais. O feminismo de terceira onda inicia exatamente nesse momento de mudanças que alterou o comportamento das pessoas na sociedade. Fortemente marcado por questões pós-estruturalistas, a terceira onda buscava fugir do que foi chamado de *falhas da segunda onda*, causadas pelo enfoque no sexo e uma universalização das vivências das mulheres (SILVA, 2019). Neste período ocorre uma consolidação dos vários tipos de correntes do feminismo, em uma tentativa de separação e não generalização de um grande movimento. Não se visualizava mais grandes movimentos organizados por mulheres, mas se observa uma maior consolidação do feminismo como uma corrente acadêmica (GARCIA, 2015).

O feminismo de terceira onda traz o argumento de que, como é composto por uma nova geração, essas novas mulheres deveriam criar sua própria visão do feminismo, pois foram criadas em um contexto diferente das suas antecessoras, uma vez que o feminismo sempre esteve presente em suas vidas. Por conta disso, muito das ativistas da terceira onda consideram que a igualdade de gênero e a auto-realização é um direito delas. Outrossim, algumas discussões trazidas pelo movimento dizem respeito à produção cultural e os ideais de beleza impostos pela mídia, celebridade e etc, de modo que as questões que envolvem aspectos da política tradicional não são o principal alvo (SNYDER, 2008). Segundo Silva (2019), o *feminismo interseccional* ganha visibilidade nesse período, por conta da ideia dessa visão de não atribuir as opressões somente ao gênero.

Quadro 4 - Terceira onda do feminismo

Terceira Onda	
Período	A partir dos anos 1980.
Correntes	Consolidação do feminismo liberal; feminismo radical; feminismo identitário; feminismo do bem-estar social; feminismo pós-moderno acadêmico.

	Feminismo interseccional.
Reivindicações	Igualdade de gênero e auto-realização.
Metodologia	Movimento mais acadêmico, mas também é possível visualizar uma movimentação punk feminista, por exemplo o Riot Grrrl e a Marcha das vadias.
Principais nomes	Angela Davis; Bikini Kill.
Observações	Como se buscava valorizar as vivências individuais, termos como sororidade passaram a ser evitados; Busca-se perceber que outros aspectos, além das questões de gênero podem afetar a vida das mulheres, como raça e classe; Algumas discussões trazidas pelo movimento dizem respeito à produção cultural e os ideais de beleza impostos pela mídia, celebridade e etc.

Fonte: Castro, 2020

7 MULHERES NA ONU

Segundo Jain (2005), a forma como as mulheres vieram a participar do processo decisório da Organização das Nações Unidas (ONU) não é relatada de forma aberta, e é constantemente vista como um processo inerente às conquistas da própria instituição nos campos envolvendo os direitos das mulheres e a sua emancipação. No entanto, se observa que durante os sessenta anos de história da organização, ocorreram mudanças nas concepções sobre

o que se entende como igualdade de gênero e, por isso, surgem novas percepções que diferem as que estavam descritas na carta de surgimento da ONU.

A presença das mulheres na ONU em sua busca pela igualdade de gênero está diretamente relacionada com os acontecimentos históricos da sociedade, que influenciaram na própria construção da instituição: o pós-guerra; as novas estruturas econômicas, a Guerra Fria, debates pós-coloniais, dentre outros. Todavia, é relevante colocar em foco que o pensamento envolvendo a pauta de igualdade de gênero era independente do desenvolvimento intelectual da organização, de modo que essa temática possuía a preocupação constante por parte das mulheres atuantes na ONU para que os embates sobre igualdade de gênero sempre estivessem em voga. Ademais, a presença das mulheres foi de fundamental importância para a promoção de mudanças, como a atribuição da igualdade de gênero como um indicador de desenvolvimento social (JANI, 2005).

Nos debates feministas a linguagem e as expressões são variáveis importantes para a compreensão das demandas e do discurso do movimento, principalmente em instituições internacionais, tendo em vista que ao longo das décadas ocorreram uma série de mudanças de significados da própria palavra *mulher*, assim como *sexo* e *gênero*, além de que existe a dificuldade de não se possuir termos que sejam universais de fácil compreensão para os vários idiomas falados nos diversos países participantes da ONU (JANI, 2005). A conquista do espaço institucional da ONU pelas mulheres foi uma luta constante, a qual se iniciou com o auxílio das mulheres que haviam trabalhado no movimento feminista internacional durante o período anterior à guerra, o que possibilitou que dentro da Carta da ONU e na Declaração Universal dos Direitos Humanos as pautas envolvendo mulheres estivessem presentes. Isso proporcionou visibilidade aos debates sobre gênero, o que possibilita que em 1975, na conferência da Cidade do México, tivesse o início à Década da Mulher. (JANI, 2005)

Segundo Charlesworth e Chinkin (2013), a questão das mulheres foi levantada na primeira reunião da Assembleia Geral da ONU em 1946 pela delegação francesa, que queria que ocorresse o reconhecimento da atuação feminina na Segunda Guerra Mundial. Apesar da ideia não ter sido formalmente aderida, vários países demonstraram apoio às demandas. Na resolução da assembleia foi proposto que os países garantissem às mulheres os mesmos direitos que aos homens. No ano de 1946, foi criada a Comissão para o Status da mulher, a qual inicialmente era uma subcomissão do Conselho Econômico Social (ECOSOC). O CSW, que desde a sua fundação possuía como princípios norteadores os mesmos da Carta da ONU, tinha como função principal a de recomendar pautas políticas e econômicas. Uma das primeiras

realizações da Comissão foi a assegurar a neutralidade de gênero dentro da Declaração dos Direitos Humanos.

Durante o final dos anos 1960 e início dos anos 70, três documentos foram cunhados: A Comissão sobre Status da Mulher redigiu a Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (DEDAW, 1967) e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979), as quais foram responsáveis pela criação de guias de como os países e burocracias deveriam lidar com as temáticas envolvendo o direito das mulheres; e a Declaração dos Direitos Humanos. Isso pois percebeu-se a necessidade de textos que pudessem ser utilizados na luta pelos direitos das mulheres. No entanto, apesar de o DEDAW ter em seu discurso uma forte afirmação sobre a situação das mulheres e sobre as violências que ferem a dignidade humana, tais declarações encontraram dificuldades para serem colocadas em prática. (JANI, 2005). Já no CEDAW, pela primeira vez, se explicou de forma clara e delineada o que significava a discriminação contra as mulheres, assim como elencava o que poderia ser feito para solucionar o problema. Estes três documentos se utilizaram da linguagem como forma de iniciar a fomentação de mudanças. Como disse Jani “Eles expandiram o espaço intelectual no qual as mulheres poderiam trabalhar, e elas expandiram o papel da ONU como o árbitro da lei internacional” (JANI, 2005, pág. 7).

A partir dos anos 70, é possível analisar uma mudança na metodologia realizada pelas mulheres, que passam a focar nas convenções da ONU. Isso dialogou de forma intensa com as pautas da segunda onda que ocorriam neste período. Por conta disso, criou-se um ambiente de diálogo e de resolução de controvérsias, no qual se foi possível compreender as diferenças e similaridades das vivências das mulheres dentro dos seus países. (JANI, 2005)

Nas conferências sobre mulheres, as mulheres deram linguagem aos seus anseios por mudanças. Os documentos que surgiram da Cidade do México, Copenhage, Nairóbi e Pequim falavam sobre mulheres e desenvolvimento; o que foi dito traça o aumento da compreensão das mulheres sobre a complexidade do panorama do desenvolvimento. Eles também revelam as interconexões entre problemas, os quais eram vistos como distintos. Eles uniram conceitos humanitários, paz, governança, e cultura com o desenvolvimento da face da ONU (JANI, 2005, pág.6, tradução nossa).

Até 1975, todas as questões que envolviam os problemas das mulheres eram de responsabilidade da CSW. No entanto, em decorrência de pressões de ONGs de mulheres, foi decidido durante uma sessão da Assembleia Geral de 1972, que seria realizado um encontro com o propósito de discutir a igualdade entre os gêneros. (CHARLESWORTH; CHINKIN, 2013). Nesta conferência, que se deu na Cidade do México em 1975, demonstrou-se uma preocupação sobre como as condições de subdesenvolvimento impactam a vida das mulheres

de forma direta e criam uma situação de exploração dupla, de modo que é necessário que se retirem os obstáculos que ocasionem problemas para a integração das mulheres dentro do desenvolvimento nacional. Nesta conferência declarou-se que o período de 1975-1985 seria a Década da Mulher, e seria dedicada às providências para a realização de um Plano de Ação Mundial. Na Assembleia Geral foram identificados três problemas principais sobre as mazelas enfrentados pelas mulheres: 1) A igualdade plena entre os gêneros; 2) A participação das mulheres em questões de desenvolvimento; 3) Um aumento da atuação das mulheres no fortalecimento da paz (JANI, 2005; STEPHENSON, 1982; ONU, 2000).

Na segunda conferências, em Copenhague (1980), incitou-se que os governos mostrassem o compromisso para a igualdade de gênero e uma maior participação de mulheres dentro de aspectos econômicos e de desenvolvimento social (JANI, 2005). Segundo Stephenson, a mudança que ocorreu entre 1975-1980 foi dentro da concepção de que o conceito de igualdade era maior do que aquele trazido pelo *feminismo ocidental*. Além disso, percebeu-se a ligação entre o desenvolvimento nacional e a liberação da mulher, mas ressaltou-se que somente o desenvolvimento não é o suficiente para solucionar os problemas da desigualdade de gênero². Neste ano chegou-se próximo de desenvolver um Programa de Ação que dava enfoque à direitos legais e o exercício dos mesmos. Ele possuiu em suas propostas políticas voltadas para o direito de propriedade das mulheres, herança e guarda dos filhos, e fim dos estereótipos (ONU, 2000).

Já em Nairóbi (1985), na *Conferência Mundial para Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz* o feminismo já estava consolidado e reconhecido globalmente. Por isso esta conferência é conhecida pelo *nascimento do feminismo global*. No entanto, as análises dos dados recolhidos pela ONU demonstrou que ocorreu pouco progresso no status das mulher e poucas foram as contempladas pelas políticas de igualdade³. Conclui-se que os objetivos da Década das Mulheres não foram alcançados. Ocorre a formulação de novas propostas para a superação dos obstáculos: As Estratégias Orientadas ao Futuro. Se atualiza a forma de ação e os problemas a serem enfrentados, como a questão do papel das mulheres em processos de tomada de decisão, que foi reconhecido como uma necessidade política mais do que apenas um direito (ONU, 2000). Foram estabelecido três indicadores para a mensuração desses objetivos, sendo eles: 1) questões legais e constitucionais; 2) igualdade na participação social; 3) Igualdade no processo

² Alguns temas discutidos nessa conferência foram: Cuidados de crianças; ajuda financeira para áreas de desenvolvimento tecnológico e mulheres; direito das mulheres sobre o próprio corpo e educação para mulheres

³ A situação das mulheres nos países em desenvolvimento possui um crescimento marginal (ONU, 2000)

decisório e na política. A Conferência de Nairóbi também ressaltou a importância aos países em atribuir papéis de liderança para mulheres dentro de instituições. Na Assembleia Geral que sucedeu a conferência, ocorreu o pedido de que fossem instituídos pontos focais para as questões das mulheres dentro da própria organização (ONU, 2000).

A conferência de Pequim, em 1995, marca um novo capítulo no debate de gênero. Neste momento percebe-se a necessidade de uma nova visão sobre como lidar com os problemas da desigualdade entre os sexos dentro da sociedade, e a necessidade de reestruturar as relações entre homens e mulheres como um todo para que a igualdade seja alcançada, além da reafirmação de que a luta pela igualdade de gênero deve ser uma preocupação universal. É feita, então, uma Plataforma para ação com doze pontos⁴, os quais trazem estratégias e ações para solucionar as problemáticas que giram em torno das mulheres. Ao aceitar as diretrizes deste documento, os países concordaram em trabalhar de forma efetiva para a igualdade de gênero.

Ao endossar a Plataforma de Ação, a Assembleia Geral das Nações Unidas incitou todos os Estados, o sistema das Nações Unidas e outras organizações internacionais, bem como as ONGs e o setor privado a tomar medidas para implementar suas recomendações. Nos Estados-Membros, as máquinas nacionais que foram estabelecidas para promover o status das mulheres receberam uma nova função como unidade central de coordenação de políticas para integrar a perspectiva de gênero em todas as instituições e programas (ONU, 2000).

A conferência de Pequim foi um grande sucesso, além da participação recorde de delegações de países e representantes de organizações não-governamentais, resultando em cerca de 47 mil pessoas no evento (ONU, 2000).

Em 2000 foram criados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que incitava um esforço internacional para o desenvolvimento em diversos temas até o ano de 2015. Dos oito ODM propostos, dois são voltados para direitos das mulheres: o ODM 3, que trata sobre igualdade de gênero, e o ODM 5, que envolve a saúde da mulher na maternidade (CAL, 2017).

Em 2015 foram criados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma nova agenda complexa e interligada, com dezessete objetivos, baseados nos ODM, para serem alcançados até 2030. Novamente, a luta das mulheres é contemplada: o ODS 5 é voltado para conquistar a igualdade de gênero e empoderar mulheres e meninas, e conta com oito metas (erradicação da discriminação; fim da violência sexual e tráfico de mulheres; fim do casamento

⁴ Os doze pontos são: 1) Mulheres e a pobreza; 2) Educação e treinamento das mulheres; 3) Mulheres e Saúde; 4) Violência contra a mulher; 5) Mulheres e conflito armado; 6) Mulheres e a Economia; 7) Mulheres no Poder e tomada de decisão; 8) Mecanismos Institucionais e o avanço das mulheres; 9) Direitos Humanos das mulheres; 10) Mulheres e a Mídia; 11) Mulheres e o meio-ambiente; 12) A criança menina

infantil; políticas de bem-estar social para mulheres; igualdade de oportunidades; saúde da mulher; direitos econômicos; utilização da tecnologia para o empoderamento; fortalecimento de políticas para mulheres) (ONU, 2016).

8 CONCLUSÃO

Portanto, por meio da pesquisa ficou evidente que as pautas feministas contribuem para a construção das demandas feitas pela Organização das Nações Unidas. O objetivo geral deste trabalho propunha-se a analisar o impacto das ideias feministas dentro da organização, o que pode ser observado desde a fundação da instituição, quando as poucas mulheres presentes na conferência fizeram questão de que fosse colocada a palavra mulher dentro do texto da Carta da ONU. Além disso, percebe-se que as ideias afetam o processo decisório. Por exemplo, em uma reunião da Assembleia Geral, foi sugerido pela delegação brasileira que fosse feita uma comissão específica para trabalhar as questões de gênero, o que foi apoiado por várias mulheres presentes nas delegações. No entanto, uma mulher chamada Virginia Gildersleeve argumentou que isso seria discriminatório e desnecessário. O problema foi solucionado pela instituição de uma sub-comissão de direitos humanos, focada na pauta feminina do ECOSOC. Entretanto, isso foi posteriormente separado e a CSW foi criada. Com isso percebemos que, quando não existia unanimidade sobre como a pauta de igualdade de gênero deveria ser gerida, ocorriam distensões, diferentemente do que ocorreu em Nairóbi, quando o movimento feminista já estava mais consolidado.

Quanto aos objetivos específicos, o primeiro falava a respeito de analisar o surgimento das ideias feministas e a inserção na ONU pelas conferências. Ele pode ser evidenciado por meio das demandas e os planos de ação decorrentes destas e a forma como eles foram se alterando conforme novos debates foram surgindo. Apesar de existir a ligação entre desenvolvimento e a igualdade de gênero, é necessário que exista uma agenda que enfoque neste. No segundo objetivo específico, que pretendia analisar o impacto das ideias feministas na formulação de normas e regras, se observa que em todas as conferências existiu um plano de ação determinado que, em sua elaboração, contavam com os membros da ONU, as delegações e ONGs voltadas para as questões de gênero, que adaptaram as pautas e as atualizaram conforme necessário até alcançar o propósito dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Por fim, o último objetivo, o qual tem a intenção de analisar o impacto feminista na mudança institucional gradual na ONU, é possível dizer que foram criados diversos órgãos específicos, como aconteceu em Nairóbi, quando solicitou-se a instauração de pontos focais para as questões de gênero. Além disso, em 2010 foi fundada a *ONU Mulheres*, a qual foi a

cisão de diversos órgãos com enfoque no desenvolvimento das mulheres. Apesar disso tudo ter ocorrido, é necessário se levar em consideração que poucas foram as mulheres que chegaram a exercer papéis notórios dentro da organização nos períodos estudados, o que levanta o questionamento sobre o quanto o feminismo saiu de fato do papel e se assumiu como um compromisso para o sistema internacional, sendo esta uma possibilidade de pesquisa para o futuro.

REFERÊNCIAS

- CAMPBELL, John L.. **Institutional change and globalization**. Princeton: Princeton University Press,, 2004.
- CHARLESWORTH, Hilary; CHINKIN, Christine. The creation of UN Women. **Max Planck Yearbook of United Nations Law, Forthcoming**, 2013.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.
- FRIEDAN, Betty. A mística feminina. 1971.
- GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. 3. ed. São Paulo: Claridade, 2015. 120 p.
- GRAY, Mel; BODDY, Jennifer. Making Sense of the Waves: wipeout or still riding high?. **Affilia**, [S.L.], v. 25, n. 4, p. 368-389, 15 out. 2010. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0886109910384069>.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras, 1995.
- JAIN, Devaki. **Women, development, and the UN: A sixty-year quest for equality and justice**. Indiana University Press, 2005.
- KANG, Millian. **Introduction to women, gender, sexuality studies**, 2012.
- MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de direito internacional público. **São Paulo: Revista dos Tribunais**, v. 10, 2016.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A/RES/70/1. Transforming Our World: The 2030 Agenda For Sustainable Development . 2016. Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld/publication>. Acesso em: 24 de julho de 2020
- PERISSINOTTO, Renato; STUMM, Michelli Gonçalves. A virada ideacional: quando e como ideias importam. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], v. 25, n. 64, p. 121-148, dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987317256403>.
- SCHMIDT, Vivien A.. Taking ideas and discourse seriously: explaining change through discursive institutionalism as the fourth 'new institutionalism'. **European Political Science Review**, [S.L.], v. 2, n. 01, p. 1-25, 4 fev. 2010. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s175577390999021x>.
- SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda**. Recife, 2019

SNYDER, R. claire. What Is Third-Wave Feminism? A New Directions Essay. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, [s.l.], v. 34, n. 1, p.175-196, set. 2008. University of Chicago Press. <http://dx.doi.org/10.1086/588436>.

STAUDT, Kathleen. Gendering development. In: GOERTZ, Gary; MAZUR, Amy G. (ed.). **Politics, Gender, and Concepts**. Nova York: Cambridge University Press, 2008. Cap. 7. p. 136-158.

STEINMO, Sven. Historical institutionalism. **Approaches and methodologies in the social sciences: A pluralist perspective**, p. 118-138, 2008.

STEPHENSON, Carolyn M. Feminism, pacifism, nationalism, and the United Nations Decade for Women. In: **Women's Studies International Forum**. Pergamon, 1982. p. 287-300.

THE Four Global Womens' Conferences 1975 - 1995: Historical Perspective. 2000. Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/followup/session/presskit/hist.htm>. Acesso em: 24 de Julho de 2020

WALTERS, Margareth. **Feminism: A very short introduction**. New York: Oxford University Press Inc, 2005.